

C/c à Direção Regional da Qualificação Profissional e Emprego

Sua Referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência
		Nº. S-DREAE/2026/836
		Proc. DSE/DREAE.70.02.06

Assunto: Deslocação para realização de provas de aptidão - Acesso ao Ensino Superior 2026/2027

No seguimento de questões colocadas no âmbito da realização de provas de aptidão que, permitem o acesso ao ensino superior, informa-se V. Ex.^a que o artigo 135.º do Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário (em vigor, na redação constante em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho), determina que, "sempre que um aluno tenha de realizar provas integradas no sistema de acesso ao ensino superior, nomeadamente as constantes dos pré-requisitos para ingresso em cursos específicos que não sejam oferecidas na ilha onde resida, o aluno pode beneficiar de uma passagem, de ida e regresso, na modalidade e meio de transporte mais económico, entre a ilha de residência e o local de realização da prova." Nos termos da legislação vigente, a passagem é concedida pelas escolas, por deliberação do conselho administrativo da unidade orgânica frequentada pelo aluno, sendo reembolsada pelo fundo escolar, mediante entrega pelo mesmo do respetivo recibo e documento comprovativo da realização da prova.

Os alunos do ensino profissional e os que não estejam a frequentar nenhum estabelecimento de ensino e que pretendam realizar as referidas provas poderão formalizar o seu pedido na escola do ensino regular onde vão realizar exames nacionais como provas de ingresso ou onde tenham o seu processo individual, consoante os casos.

Os alunos que se encontrem matriculados em regime de ensino articulado ou a frequentar uma escola com ensino artístico, deverão formalizar os seus processos junto da unidade orgânica que ministra o ensino artístico, quando as provas forem de aptidão artística.

Para tal, estabelecem-se os seguintes princípios comuns que devem ser observados pelas unidades orgânicas:

1. Os candidatos à realização de provas de aptidão, incluindo as relativas a pré-requisitos de natureza física, funcional ou vocacional deverão, comprovadamente, entregar na escola requerimento com uma antecedência mínima de 15 dias em relação à data da sua deslocação, referindo o seguinte:
 - A impossibilidade de a(s) prova(s) ser(em) realizada(s) na ilha ou na Região Autónoma dos Açores (RAA);
 - A(s) característica(s) da(s) prova(s);
 - Os dias necessários para a deslocação;
 - O local de realização da(s) prova(s);

Cada aluno usufruirá anualmente, apenas, de uma deslocação para a realização de pré-requisitos ou provas objeto de concurso local à sua escolha. Constituem-se como exceção, e até ao limite de duas deslocações por ano, os tipos de pré-requisitos ou provas objeto de concurso local que, pela sua natureza, sejam de carácter eliminatório e que exijam a comparência do candidato numa segunda prova.

Os estudantes que, embora reunindo as condições dos pré-requisitos, não conseguiram ingressar no Ensino Superior, pelo facto de não terem concluído o 12.º ano de escolaridade ou por não terem obtido colocação,

nos dois anos letivos anteriores, são obrigados a repetir o processo por força do Regulamento do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior.

A comparticipação destina-se a estudantes que pretendam realizar pré-requisitos e/ou provas objeto de concurso local em estabelecimentos de ensino superior público, estabelecimentos de ensino superior privado ou Universidade Católica Portuguesa.

Os alunos que sejam titulares de uma licenciatura ou já tenham concluído o ensino secundário há mais de três anos não poderão usufruir da comparticipação de passagens para efeitos de pré-requisitos.

Situações não enquadráveis

Não podem usufruir da comparticipação de passagens, para a realização de provas fora da RAA, os candidatos aos pré-requisitos dos Grupos C (aptidão funcional, física e desportiva) e Grupo Z (aptidão musical), bem como do Grupo K (Design) e Grupo M (Tecnologia da Comunicação Audiovisual), pelo facto de os mesmos se realizarem na RAA, no âmbito do protocolo com a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e Instituto Politécnico do Porto — Escola Superior de Educação, respetivamente.

Excetuam-se do parágrafo anterior os candidatos com necessidades educativas especiais, que terão de realizar as provas em estabelecimento de ensino referido no Anexo I — Grupo H, beneficiando do direito de comparticipação de passagem.

Neste âmbito, os pré-requisitos do Grupo C (que satisfaz o Grupo H) é normalmente assegurado pelos Serviços de Desporto e os do Grupo Z por unidades orgânicas que ministram o ensino artístico, sendo os do Grupo K (Design) e Grupo M (Tecnologia da Comunicação Audiovisual), indicados, oportunamente, em função das inscrições. Quando por motivos não imputáveis aos candidatos não seja possível a realização das provas na ilha de residência, os mesmos serão deslocados para outra ilha, em função dos mecanismos tidos por convenientes.

Eventuais situações que possam ocorrer e que não estejam contempladas na presente orientação deverão ser remetidas para análise e parecer desta Direção Regional.

Mais se informa que será oportunamente remetida informação complementar, após a publicação da Deliberação que venha a fixar os pré-requisitos exigidos para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior 2026/2027.

Com os melhores cumprimentos,

FM/FA



GOVERNO
DOS AÇORES

Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto
Direção Regional da Educação e Administração Educativa

Palácio Bettencourt - Rua da Rosa n.º 49

Apartado 46

9700-171 Angra do Heroísmo

Telefone: 295 401 100

E-mail: dre.info@azores.gov.pt